



CONTRATO PMCSF N° 065/2025

PROCESSO N° 020/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO E DE LUMINARIAS DE LED QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE E A EMPRESA URBE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

Minuta do Contrato de fornecimento parcelado que firmam, como **CONTRATANTE** a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE-PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.766.129/0001-69, com sede na Praça São Félix, n° 20, Centro, Município de Camocim de São Félix-PE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **SÓSTENES RUBANO NEVES PONTES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 019.888.414-10, portador do RG sob o n° 5.111.472 SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de Camocim de São Félix/PE, doravante denominado simplesmente **Órgão CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **URBE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede Rua Sem Denominação 155 – 87 - Casa - Borges – Afogados da Ingazeira (PE), inscrita no CNPJ/MF sob o n° 44.808.869/0001-32, representada pelo Sr. **FÁBIO DA SILVA NETO**, CPF nº048.344.754-41 e CI nº 26771 OAB/PE, residente e domiciliado na Rua Cleto Campelo, 44 – sala 308 – Santo Antônio – Recife (PE), nos termos do Processo Licitatório realizado sob a modalidade **PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 006/2025**, do tipo “menor preço” julgamento por **ITEM** ofertado, nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que regulamenta a modalidade Pregão, Decretos Municipal n°s 004; 006; 007 e 008 de 02 de janeiro de 2024, e demais normas legais pertinentes.

*Em caso de assinatura através de procurador, este deverá está munido de instrumento público de procuração, nos termos do art. 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O objeto deste **CONTRATO** é **Constitui objeto da licitação a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa destinada ao fornecimento, de luminárias de LED, destinadas à atender as necessidades de iluminação pública do Município de Camocim de São Félix – PE, nas condições previstas, obedecendo integralmente os documentos constantes do Processo Licitatório n° 020/2025, Pregão Eletrônico n° 006/2025 e seus anexos.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização de execução do contrato, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este **CONTRATO** os documentos constantes do Processo Licitatório n° 020/2025/PMCSF, Pregão Eletrônico n° 006/2025.

Parágrafo Único - A execução do **CONTRATO** será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n° 14.133/2021, Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decretos Municipal n°s. 004; 006; 007 e 008 de 02 de janeiro de 2024, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e demais normas sobre licitação em vigor, e legislação



correlata, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as regras de Direito Privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários para a execução do objeto do CONTRATO serão atendidos através das Dotações Orçamentárias:

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
0211 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
021110 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
154512501 GESTÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
1545125012060 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA SEDE,
 DISTRITOS E POVOADOS
33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

I - Pelo fornecimento dos materiais, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a quantia de **R\$ 139.632,00 (CENTO E TRINTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)**, o que corresponde ao fornecimento dos itens ganho(s) pela CONTRATADA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	Luminária Pública 50W – 160 lm/w, IP 66, eficiência 4000k/5000k, fator de potência 0,98, vida útil 102.000hs, proteção elétrica classe 1, IRC 70, IK 08, DPS, material em alumínio, proteção frontal em vidro de cristal de 4mm, base para fotocélula no corpo da luminária, tensão nominal 90 a 305 VAC, certificação no INMETRO e selo PROCEL	UND	180	110,00	19.800,00
2	Luminária Pública 100W – 160 lm/w, IP 66, eficiência 4000k/5000k, fator de potência 0,98, vida útil 102.000hs, proteção elétrica classe 1, IRC 70, IK 08, DPS, material em alumínio, proteção frontal em vidro de cristal de 4mm, base para fotocélula no corpo da luminária, tensão nominal 90 a 305 VAC, certificação no INMETRO e selo PROCEL	UND	240	169,50	40.680,00
3	Luminária Pública 150W – 160 lm/w, IP 66, eficiência 4000k/5000k, fator de potência 0,98, vida útil 102.000hs, proteção elétrica classe 1, IRC 70, IK 08, DPS, material em alumínio, proteção frontal em vidro de cristal de 4mm, base para fotocélula no corpo da luminária, tensão nominal 90 a 305 VAC, certificação no INMETRO e selo PROCEL	UND	96	239,50	22.992,00
4	Luminária Pública 200W – 160 lm/w, IP 66, eficiência 4000k/5000k, fator de potência 0,98, vida útil 102.000hs, proteção elétrica classe 1, IRC 70, IK 08, DPS, material em alumínio,	UND	36	330,00	11.880,00

	proteção frontal em vidro de cristal de 4mm, base para fotocélula no corpo da luminária, tensão nominal 90 a 305 VAC, certificação no INMETRO e selo PROCEL				
5	Luminária Pública 250W – 160 lm/w, IP 66, eficiência 4000k/5000k, fator de potência 0,98, vida útil 102.000hs, proteção elétrica classe 1, IRC 70, IK 08, DPS, material em alumínio, proteção frontal em vidro de cristal de 4mm, base para fotocélula no corpo da luminária, tensão nominal 90 a 305 VAC, certificação no INMETRO e selo PROCEL	UND	36	495,00	17.820,00
6	Luminária Pública 300W – 160 lm/w, IP 66, eficiência 4000k/5000k, fator de potência 0,98, vida útil 102.000hs, proteção elétrica classe 1, IRC 70, IK 08, DPS, material em alumínio, proteção frontal em vidro de cristal de 4mm, base para fotocélula no corpo da luminária, tensão nominal 90 a 305 VAC, certificação no INMETRO e selo PROCEL	UND	36	735,00	26.460,00
					139.632,00

Parágrafo Único – O presente contrato poderá ser alterado no sentido de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado à vista mediante apresentação da nota fiscal após à entrega dos materiais, acompanhado de Recibo.

II - O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas, emitidas em moeda corrente nacional, correspondente ao fornecimento efetivamente aceito, após recebimento e atestado na Nota Fiscal.

III - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária e creditado na agência bancária indicada na proposta da Contratada o qual ocorrerá até dez dias, após aceitação e atesto da Notas/Fiscais/Faturas.

IV - O Poder Executivo do Município de Camocim de São Félix, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal nº. 097, de 13 de julho de 2023, que "Estabelece procedimentos para a arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a aquisição de bens ou serviços comuns pela administração pública municipal", bem como em observância o disposto no art. 64, da Lei Federal nº 9.430 de 1996, no art.



15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

V - Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal nº. 097/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais – MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765, da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

VI - Na forma do art. 9º do Decreto Municipal n. 097/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores a 13 de julho de 2023 deverá constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

I – Os materiais especificados no Termo de Referência e proposta da contratada deverão ser entregues, na **Secretaria de Infraestrutura** de Camocim de São Félix – PE, localizado na Praça São Félix, nº 20 Centro Camocim de São Félix/PE.

II - O prazo de entrega, será de no máximo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato.

III - O Prazo de vigência se estenderá da data de sua assinatura, até o dia 31/12/2025, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I - Fornecer na sede do Município, as quantidades dos produtos, objeto do Pregão Eletrônico, nas condições estipuladas no presente instrumento de contrato e nas condições inseridas nas Notas de Empenho iniciais e seguintes.

II - Emitir as Notas Fiscais nos prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

III - Comunicar com antecedência à Contratante a impossibilidade em atender as solicitações, nos casos em que houver impedimento para funcionamento normal de suas atividades.

IV - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V - Comunicar por escrito ao responsável pela Administração da Secretaria de Infraestrutura do Camocim de São Félix – PE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

VI - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração da Secretaria de Infraestrutura do Camocim de São Félix – PE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.

VII - Providenciar a substituição, no prazo de **5(cinco)** dias, dos materiais que apresentarem defeitos, estejam divergentes dos materiais propostos e os que estiverem fora do prazo de validade, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, bem como substituir o veículo que apresentar defeito mais de uma vez durante o período de garantia.



VIII - Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas, sem prévia anuência do CONTRATANTE.

IX - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Contrato.

X - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo durante a execução do contrato, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento por ventura efetuado pelo Contratante.

XI - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, inclusive, com pessoal utilizado na execução dos serviços, que não terá qualquer vínculo empregatício com a Contratante.

XII - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

XIII - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá, a contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

XIV - Manter um representante em contato direto e constante com o Contratante, durante a execução do contrato, bem como indicar o responsável para acionamentos referentes aos Termos de Garantia.

XV - Colocar à disposição do PREFEITURA MUNICIPAL de Camocim de São Félix – PE, todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos materiais, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações

XVI - Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam as suas obrigações.

XVII - Recebido os materiais, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos mesmos, subsiste na forma da lei.

XVIII - O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

XIX - Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

XX - A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá transferir ou subcontratar parcial ou totalmente o objeto do presente CONTRATO, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL



I - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

II - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

III - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

I - Os fornecimentos se darão em conformidade com os objetos licitados, através de requisição emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Camocim de São Félix - PE.

II - O prazo de entrega do materiais será de até **15(quinze) dias corridos**, contados da assinatura do Contrato.

III - Na hipótese de ficar constatada qualquer anormalidade no fornecimento, objeto desta licitação, no que se refere as suas características e qualidade, a contratada deverá providenciar a devida substituição necessária, correndo por sua conta e risco, sem nenhum ônus ao Fundo Municipal.

IV - Recebido o materiais, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos mesmos, subsiste na forma da lei.

V - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da CONTRATADA, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

VI - Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado e com plena condição de uso/utilização.

VII - aceitação definitiva não acarretará de modo algum a exoneração da Contratada da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos.

VIII - A fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Contrato será exercido pelo servidor Samuel João dos Santos Lemos, a quem compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução e o fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo dará ciência à Contratada, conforme determina o art. 107 da Lei n 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - d.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - d.2. moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- e) O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- f) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- g) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

III - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



IV - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

VII - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

VIII - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

IX - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

X - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Camocim de São Félix, do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para solucionar as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito.

Camocim de São Félix - PE, 17 de março de 2025.


SOSTENES RUBANO NEVES PONTES
Prefeito/Contratante
Documento assinado digitalmente
 FABIO DA SILVA NETO
Data: 19/03/2025 09:15:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
URBE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:


MICKAEL REGYS BEZERRA DOS SANTOS

CPF: 047.648.644-01


JOSÉ CARLOS DE LEMOS

CPF: 019.941.814-43